
A reverberação das políticas públicas no telejornalismo:

o caso Dia Estadual de Combate ao Femicídio no Meio Dia Paraná¹

Ariane PEREIRA²

Renata CALEFFI³

Nádia MOCCELIN⁴

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR

RESUMO

Este trabalho visa analisar, na perspectiva interseccional entre os estudos foucaultianos e de gênero, as reportagens da série “Sobre.Viver” produzida pela RPC-TV (Rede Paranaense de Comunicação), afiliada Rede Globo, e exibida pelos telejornais de horário de almoço do grupo comunicacional – o Meio Dia Paraná. Nosso objetivo é perceber como a violência contra a mulher e o feminicídio são noticiados num conteúdo especial, com tempo de para pesquisa, produção e finalização. A escolha por essas reportagens se deve ao fato de que foram ao ar entre 20 e 22 de julho, semana em que, no estado, temos o Dia Estadual de Combate ao Femicídio. Além disso, nossa proposta também busca olhar se a abordagem dessas matérias se aproxima ou se distancia da dada, cotidianamente, ao crime de feminicídio pelo telejornal em questão. Para isso, separamos e tomamos como corpus as reportagens sobre o tema exibidas em julho de 2021.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, telejornalismo, jornalismo com perspectiva de gênero, gênero, estudos foucautianos.

Por que a violência contra a mulher e o feminicídio como pautas dos telejornais?

1.314. Esse é o número de feminicídios registrado oficialmente, no ano de 2019, pelos órgãos de segurança pública dos 26 estados do Brasil e do Distrito Federal. Só no Paraná, em 2020, foram 73 os registros de feminicídio, segundo o “Relatório Estatístico Criminal – Mortes Violentas Intencionais”, produzido pela Secretaria de Segurança

¹Trabalho apresentado no GP de Telejornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Jornalista, mestranda em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente do curso de graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava, Paraná. Coordenadora do projeto de Extensão “Florescer: a universidade como propulsora de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Vice-coordenadora da Rede TeleJor (Rede de Pesquisadores em Telejornalismo). Diretora Cultural da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação). E-mail: ariane@unicentro.br.

³Jornalista, mestre em Comunicação, doutora em Políticas Públicas. Docente dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste) e do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Campo Real, ambos em Guarapuava, Paraná. Integrante do projeto de extensão “Florescer: a universidade como propulsora de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. E-mail: recaleffi88@gmail.com.

⁴Jornalista e mestre em Comunicação. E-mail: nadiamoccelin@gmail.com.

Pública do Estado do Paraná. Ou seja, no Brasil, 3,6 mulheres são assassinadas por dia; já no Paraná, um feminicídio é registrado, em média, a cada cinco dias.

Mortes que têm como motivação, conforme tipificação presente na Lei do Feminicídio, a de número 13.104/2015, o ódio por uma mulher em específico, por um grupo delas ou pela totalidade do sexo feminino. Em outros termos, o feminicídio é o assassinato de uma mulher pela sua condição de mulher. A Lei 13.104/2015 deu nome ao crime e, também, introduziu uma qualificadora para esse tipo de assassinato e o classificou como crime hediondo. Com isso, a pena para autores de crimes de homicídio praticado contra mulheres aumentou. Quando aplicada a qualificadora, a pena mínima passa de seis para 12 anos e a máxima, de 20 para 30.

Ao tipificar e nomear o feminicídio, a legislação também passou a chamar a atenção para um tipo específico de crime. Assim, a morte de mulheres deixou de ser apenas mais um assassinato entre tantos no Brasil ou uma morte causada por motivos passionais, como o ciúmes – uma banalização no primeiro caso, e uma romantização do crime no segundo. Ao fazer isso, a política pública começa a agendar debates sociais e, também, a pautar os veículos de comunicação, em especial os jornalísticos, que passaram a valorizá-los enquanto notícia.

Mas, “por que essa questão finalmente veio a público? (...) Por que é possível falar sobre o que foi por tanto tempo calado, ocultado, trivializado e desconsiderado?” (SOLNIT, 2017, p.89). Pelo fato de que – defendemos, assim como Ariane Pereira e Renata Caleffi (2020) – “passou a ser reconhecido como uma problemática de fundo, simultaneamente, social e cultural”. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência contra a mulher é um problema de saúde pública resultante de graves violações dos direitos humanos, uma espécie de epidemia.

Ao ajustar qual voz será valorizada, as políticas públicas de proteção às mulheres ajudam a redefinir a sociedade e os seus valores. Assim, ao estabelecerem a violência familiar como crime, elas “alteram os padrões de noticiabilidade referentes à violência contra a mulher e ao feminicídio, na medida em que mostraram que briga de marido e mulher não se restringe ao âmbito privado” (PEREIRA; CALEFFI, 2020a, p.6). Quando a violência contra a mulher se torna uma questão pública, esses crimes que “raramente ou nunca recebiam muita cobertura – ou que eram tratados como episódios

isolados, ou minimizados das mais variadas formas – finalmente passam a ser reconhecidos como parte de um padrão de violência” (SOLNIT, 2017, p.87-88).

A busca por coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil é anterior à Lei do Femicídio. Desde 2006, nove anos antes desta portanto, o país conta com a Lei Maria da Penha, a de número 11.340/2006, que estabelece mecanismos para, por exemplo, tipificar os tipos de violência contra a mulher, órgãos responsáveis pelo atendimento e mecanismos necessários pela proteção delas. Essa lei é considerada a sexta mais avançada do mundo na área. Ainda assim, sozinhas, as legislações não impedem que mais feminicídios sejam cometidos. É por isso que falar sobre as políticas públicas e sobre os crimes é importante, para disseminar a informação e desconstruir imagens estereotipadas de gênero. Só assim, o Brasil deixará de ocupar uma nada honrosa quinta posição no ranking dos países que mais registram crimes de ódio contra mulheres no mundo, atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDDH).

É fato, conforme pesquisa realizada por Ariane Pereira e Renata Caleffi (2020), que os feminicídios, nos últimos anos, se tornaram notícia e passaram a fazer parte dos espelhos dos telejornais. Entre janeiro e julho do ano passado, por exemplo, de acordo com levantamento feito pelas autoras, os assassinatos de mulheres pelo fato de serem mulheres “foram notícia 334 vezes – 10 nos telejornais de rede (Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Globo e Fantástico) e outras 324 nos telejornais locais/regionais”. Entre todos os noticiários exibidos nos estados, os levados ao ar pelas emissoras do Paraná foram os que mais pautaram esse tipo de crime: 51 vezes, no total.

Dado estatístico que chamou a atenção das pesquisadoras. Moradoras de Guarapuava, cidade do interior paranaense, resolvemos, então, buscar compreender quais são os motivos que levam os telejornais do Paraná a falarem sobre feminicídios muito mais que os noticiários de outros estados e, sobretudo, qual é a abordagem dada pelos jornalistas nessas reportagens. Objetivos que são a síntese da proposta deste artigo. Respostas que buscaremos tendo como amparo a proposta teórico-metodológica de Ariane Pereira (2021, 2018a, 2018b), em que são cruzados os estudos foucaultianos e os estudos do jornalismo com perspectiva de gênero.

Para as análises, definimos como corpus as reportagens sobre o tema (feminicídio e violência contra a mulher) exibidos pelo Meio Dia Paraná, telejornal do horário do almoço das sete emissoras integrantes da RPC-TV (Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Noroeste e Ponta Grossa), afiliada Globo no estado, exclusivamente durante o mês de julho de 2021. A definição pelo período deve-se ao fato de que, no Paraná, desde 2019, a data de 22 de julho é definida por lei, a de número 19.873/2019, como Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. Vale lembrar que foi nesse dia, no ano de 2018, que ocorreu o assassinato da advogada Tatiane Spitzner, em Guarapuava.

Assim, inicialmente, realizamos uma busca pelo termo “feminicídio” no site de armazenamento de vídeos e streaming GlogoPlay. Na sequência, separamos os materiais exibidos pelas emissoras paranaenses em julho de 2021. E localizamos, então, seis notícias.

Em nove de julho, o Meio Dia Paraná, edição Curitiba, exibe a reportagem “MP apresentou denúncia por feminicídio contra o ex-marido de Ana Paula Campestini”, que tem duração de 4'20”⁵. Já no dia 26 foi ao ar a reportagem “Polícia investiga feminicídio em Antonina” - uma nota pelada com 32” de duração⁶. Porém, é em 22 de julho, Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, que mais registros foram localizados, reforçando nossa percepção da importância das políticas públicas para impulsionar os debates sobre o assassinato de mulheres com motivação de ódio. Nessa data, localizamos pela busca quatro reportagens que tinham em seu título o termo “feminicídio”: “Dia de Combate ao Feminicídio: Data é lembrada com protesto em Guarapuava”⁷ - um stand-up ao vivo, com duração 2'47”, exibido pela edição de Ponta Grossa; a emissora exibiu ainda, na mesma edição, a reportagem, com duração de 14'30”, intitulada “Mãe de Tatiane Spitzner fala pela primeira vez sobre a filha, vítima de feminicídio”⁸. As outras duas reportagens são “22 de julho: Dia Estadual de Combate ao Feminicídio”, levada ao ar pelo Meio Dia Paraná, edição Maringá, com duração de 17'09”⁹; e “Episódio da série

5 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9673663/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

6 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9717644/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

7 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9708777/?s=0s>. Último acesso em 09/09/2021.

8 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9709634/?s=0s>. Último Acesso em 09/08/2021.

9 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9709425/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

'Sobre.Viver' fala do dia estadual de combate ao feminicídio”, com 16'45”, exibido pelo telejornal da emissora de Foz do Iguaçu¹⁰.

Ao assistir as três últimas reportagens percebemos que se tratavam da mesma matéria e que ela era integrante de uma série de reportagens, a “Sobre.Viver”. Nesse momento, então, optamos por, mudar o foco e, primeiro, analisar as reportagens da série, se elas foram exibidas por cada uma das sete afiliadas e se havia diferença entre elas. Na sequência, então, faríamos o cruzamento dessas abordagens em reportagens produzidas, longas, com os encaminhamentos das outras reportagens, factuais, do dia a dia. Assim, às seis unidades informativas acima relacionadas somaram-se outras 18 – 17 integrantes da série “Sobre.Viver” e uma última que não tinha no título o termo feminicídio, mas que chamou a atenção, ainda assim, por se tratar de uma morte de mulher em ambiente familiar e estar na organização do telejornal de Maringá logo depois da reportagem da série. Trata-se do stand-up ao vivo “Homem é condenado por matar ex-sogra em Sarandi”, com 1'42”, exibida em 22 de julho¹¹.

Também no dia 22, a terceira e última reportagem da série – além das já citadas em Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa – foi exibida nas outras quatro emissoras da RPC. Em Cascavel, o título da reportagem é “Série Sobre.Viver: Família e amigos falam sobre Tatiane Spitzner” e o tempo é de 15'38”¹². Em Curitiba, foi armazenada com o título “Família e amigos falam sobre Tatiane Spitzner que sobrevive nas memórias” e tem tempo de 18'21”, e é antecedida, no mesmo arquivo, por um stand-up ao vivo sobre ações, na cidade, referentes ao Dia Estadual de Combate ao Feminicídio¹³. O título do arquivo referente à edição Londrina é: “‘Sobre.viver’: mulheres vítimas de violência contam suas histórias de vida”, e o tempo é 13'57”¹⁴. A edição Noroeste salvou a unidade informativa com o título “Morte de Tatiane Spitzner completa hoje três anos” e tem 16'37”¹⁵.

A série sobreviver é composta por três reportagens, a última exibida em 22 de julho, encerrando, então, no Dia Estadual de Combate ao Feminicídio. A primeira delas foi exibida pelos telejornais das sete emissoras em 20 de julho, com os seguintes títulos:

10 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9709083/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

11 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9708808/>. Último acesso em 09/08/2021.

12 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9709324/>. Último acesso em 09/08/2021.

13 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9708706/>. Último acesso em 09/08/2021.

14 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9709121/>. Último acesso em 09/08/2021.

15 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9711274/>. Último acesso em 09/08/2021.

Cascavel: “Série 'Sobre.Viver' mostra roteiro seguido por agressores de mulheres” (12'31”)¹⁶

Curitiba: “Série Sobre.Viver fala hoje do ciclo da violência” (14'16”)¹⁷

Foz do Iguaçu: “Episódio da série 'Sobre.Viver' mostra que agressores costumam seguir roteiro (12'30”)¹⁸

Londrina: “Episódio da série 'Sobre.Viver mostra roteiro seguido por agressores de mulheres” (11'21”)¹⁹

Maringá: “Ciclo da Violência: agressores costumam seguir roteiro” (12'38”)²⁰

Noroeste: “Série especial mostra o ciclo da violência doméstica” (12'18”)²¹

Ponta Grossa: “Série Sobre.Viver fala sobre ciclo da violência contra a mulher” (12'14”)²²

O segundo episódio da série de reportagens é exibido em 21 de julho, também pelas sete emissoras, com os seguintes tempo e títulos:

Cascavel: “Sobre-viver: falta de estrutura para atender mulheres vítimas de violência doméstica no PR” (10'05”)²³

Curitiba: “Série Sobre.Viver fala sobre as dificuldades do Estado para ajudar vítimas de violências” (11'17”)²⁴

Foz do Iguaçu: “A falta de estrutura para atender vítimas de violência é assunto da série Sobreviver” (10'07”)²⁵

Londrina: “Série especial mostra a importância da denúncia em casos de violência contra a mulher” (10'02”)²⁶

Maringá: “Falta estrutura para atender mulheres vítimas de violência (11'13”)²⁷

Noroeste: “Falta estrutura para atender mulheres vítimas de violência” (10'28”)²⁸

16 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9702875/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

17 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9702189/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

18 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9702286/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

19 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9706647/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

20 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9702509/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

21 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9711289/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

22 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9702321/>. Último acesso em 09/08/2021.

23 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9706032/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

24 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9705616/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

25 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9705704/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

26 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9706696/>. Último acesso em 09/08/2021.

27 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9706023/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

28 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9708485/?s=0s>. Último acesso em 09/08/2021.

Ponta Grossa: “Apenas 5% dos municípios do Paraná têm Delegacias da Mulher” (10'11”)²⁹

Por que é importante que os telejornais falem sobre feminicídio e violência de gênero?

“Sem dúvida”, sentenciou Michel Foucault (2014), “comunicar é sempre certa maneira de agir sobre o outro ou os outros” (p.129). Isso porque, para ele, as relações de comunicação implicam na modificação do campo informativo (no sentido de acesso à informação) do(s) interlocutor(es). Nenhum poder, dessa maneira, pode ser concretizado sem se amparar em signos linguísticos difundidos por atos comunicacionais. Por consequência, podemos afirmar, em primeiro lugar, que o telejornal é um locus de poder – “as formas e os lugares de 'governo' dos homens uns pelos outros são múltiplos em uma sociedade; eles se superpõe, se entrecruzam, se limitam e se anulam, algumas vezes, se reforçam em outros casos” (FOUCAULT, 2014, p. 137) – e que os discursos (tele)jornalísticos induzem efeitos de poder, na medida em que suscitam/estabelecem relações de poder.

É exatamente assim que deve ser compreendido o poder sob a perspectiva foucaultiana: como uma relação, como um jogo, como um conjunto de estratégias e/ou táticas, como um exercício, como “modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação de outros indivíduos” (FOUCAULT, 2014, p.133). Dessa maneira, o exercício do poder, para ele, corresponde ao ato de governar; e governar é estruturar o eventual campo de ação do outro. Ou seja, “o exercício do poder consiste em 'conduzir condutas'; e em ordenar probabilidades. (...) Governar, nesse sentido, é estruturar o campo de ação eventual dos outros” (FOUCAULT, 2014, p.133). É sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, enquanto eles agem ou são suscetíveis de agir. O exercício de governar valida, conseqüentemente, o incitar, o induzir, o desviar, o facilitar ou o dificultar, o ampliar ou o limitar, o tornar algo mais ou menos provável.

Diante do exposto, afirmamos que jornalismo e televisão são condutores de condutas da sociedade ocidental do tempo presente.

²⁹ Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9706370/>. Último acesso em 09/08/2021.

União de ambos, o telejornalismo, sem dúvida, há quase oito décadas, é um dos mais potentes produtores de comportamentos conformes na sociedade brasileira, na medida em que dá a ver o mundo e encaminha as chaves de leitura para entendê-lo e, conseqüentemente, ser e estar nele. (COUTINHO; PEREIRA, 2021, s/p)

Compreendido como um condutor de condutas autorizado socialmente a produzir subjetividades e comportamentos conformes, o telejornalismo também pode ser um agente de transformação da contemporaneidade. Possibilitando, via seus discursos, a passagem gradual de uma sociedade amparada nas ideias e nos ideais sedimentados no e pelo machismo/patriarcado – em que o homem sente-se como superior à mulher e proprietário dos seus corpo, desejos e atos – para uma nova forma de olhar para a relação homem-mulher. “Se o jornalismo mediado pelas telas é uma forma de exercício de poder através da circulação de vontades de verdade, que conduzem as condutas dos indivíduos, ele é o caminho para a construção de uma sociedade com mais equidade de gênero” (PEREIRA, 2020, p.135). As balizas para isso, defende a pesquisadora, estão no que chamou de “telejornalismo de ideias em defesa da equidade”. A expressão é emprestada de Michel Foucault que afirmou produzir “reportagens de ideias” - uma espécie de entrecruzamento de acontecimentos e elocubrações – quando escreveu, sobre a Revolução Iraniana, para o jornal italiano *Corriere della Sera*.

Alguns dizem que as grandes ideologias estão morrendo, outros dizem que elas nos submergem por sua monotonia. O mundo contemporâneo, ao inverso, formiga de ideias que nascem, se agitam, desaparecem e reaparecem, abalando as pessoas e as coisas. E isso não somente nos círculos intelectuais ou nas universidades da Europa Ocidental: mas em escala mundial e, entre muitas outras, em minorias ou populações que a história até hoje nos habituou a falar ou a se fazer escutar. Há mais ideias sobre a terra do que com frequência imaginam os intelectuais. E essas ideias são mais ativas, mais fortes, mais resistentes e mais apaixonadas do que delas podem pensar os políticos. É preciso assistir ao nascimento das ideias e à explosão de sua força; e isso não nos livros que as enunciam, mas nos acontecimentos nos quais elas manifestam sua força, nas lutas que travamos pela ideias, contra ou a favor delas. (FOUCAULT, 2012, p.124-125)

No “telejornalismo de ideias em defesa da equidade”, então, as ideias dizem respeito às lutas e às resistências empreendidas pelas mulheres na busca pela equidade entre os gêneros. Já os acontecimentos seriam o modo como os jornalistas atuariam para transformar essas lutas nas notícias que narram o hoje. O telejornalismo de ideias, assim

como a reportagem de ideias, consiste, portanto, em marcar diferenças, em “marcar o diverso a partir dele mesmo – um presente que se repete nele mesmo, em seus discursos; e um presente que se mostra diferente desse mesmo momento, ao inserir novas ideias, ao questionar práticas atuais” (PEREIRA, 2021, p.141). Os discursos telejornalísticos, dessa maneira, seriam atravessados pelo conjunto de coisas que constituem a trama da nossa vida cotidiana e, simultaneamente, atravessariam os movimentos e as forças do hoje.

No caso da equidade de gênero significa, por exemplo, defender a igualdade numa sociedade que valoriza o desigual; falar no direito da mulher a uma vida sem violência (seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial) numa sociedade que ainda entende o corpo dela como público e o público como espaço do masculino; reverberar que o assassinato de mulheres é um crime hediondo na medida em que é motivado pelo ódio e, por isso, tem nome: feminicídio; falar em feminismo em contraposição ao machismo. O que se espera, então, “é fazer aparecer o que está tão próximo, tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que, em função disso, não o percebemos. (...) Fazer ver o que vemos” (FOUCAULT, 2010, p.44).

Ao analisar as reportagens exibidas pelo Meio Dia Paraná vamos procurar evidenciar em que medida os acontecimentos (casos de feminicídio e de violência contra a mulher) estão relacionados às ideias em ebulição no hoje-aqui-agora (a equidade de gênero).

Falar em equidade de gênero é falar “Sobre.Viver”

Apenas nas últimas décadas do século passado é que o estudo sobre mulheres começa a ser incorporado às pesquisas acadêmicas, em especial a chamada história das mulheres e, também, às ciências sociais. Eles iniciam nos Estados Unidos e na Europa, na década de 1970, como uma espécie de “recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e o feminino” (SCOTT, 1989, p.19). Com o avanço das pesquisas em gênero, e temática chega também aos estudos sobre o jornalismo, ainda que recentemente, com “reflexões acerca das representações sociais da mulher na mídia e a atuação do/da jornalista na (des)construção dos estereótipos de gênero” (CLARO; PEREIRA, 2020, p.3).

Ao longo dos anos, os veículos de comunicação de massa passaram a adotar distintas posturas em relação às reivindicações das feministas – pesquisadoras ou não. De início, os veículos reagiram mal às críticas. Como consequência, “as empresas de comunicação passam a produzir e ofertar produtos jornalísticos voltados para as mulheres que correspondiam à imagem da mulher como protetora do privado” (PEREIRA, 2018a, p.246) e, por isso, as mulheres optaram por divulgar suas ideias em produtos chamados alternativos. Os anos passaram, as feministas obtiveram algumas conquistas em suas lutas pela igualdade entre os gêneros e, recentemente, os próprios meios passaram a absorver o que rejeitaram de início e capitalizaram a agenda feminista. “Os meios massivos”, avalia Chaher, “fizeram o que melhor sabem: capturar e ressignificar o que está em circulação de acordo com seus valores não 'subversivos'” (2007, p. 99, *tradução nossa*).

As discussões que relacionam jornalismo e feminismo levaram à proposição de um “jornalismo com perspectiva de gênero” que, como defende Sonia Santoro (2007), acrescenta a categoria como um dos critérios de noticiabilidade. Esse jornalismo não-sexista tem como premissas o questionamento da sociedade patriarcal e dos estereótipos sexistas; a visibilização das mulheres; e a adoção de uma ótica relacional que reconhece que as notícias afetam de modos distintos o ser-saber-fazer de homens e mulheres. Assim, no decorrer dos anos, esses acontecimentos produziram “feministas que se tornaram jornalistas e jornalistas que se sensibilizaram com os temas das mulheres” (PEREIRA, 2018a, p. 247). Fato que contribuiu para que a violência contra a mulher e o feminicídio entrassem no rol de assuntos pautados/abordados pelo (tele)jornalismo e chegassemos, em 2021, com a exibição da série de reportagens “Sobre.Viver” pelo telejornal Meio Dia Paraná de todas as praças integrantes à RPC TV, entre 20 e 22 de agosto.

O nome dado à série, de início, foi bastante feliz, tendo em vista que a defesa da equidade entre homens e mulheres é fundamental para garantir, a elas, um direito humano básico, que é a proteção à vida. Assim, evidenciar, discursivamente, a violência contra a mulher é falar, literalmente, sobre viver e sobre sobreviver num mundo tão desigual. Para jogar luz ao problema social e evidenciar que a desigualdade propagada pelas feministas não é “mi-mi-mi”, telejornal e jornalistas³⁰ lançam de números. Dados

30 Vale ressaltar que quase todos os envolvidos na produção e exibição são mulheres, com exceção de alguns apresentadores, como o da edição de Curitiba – responsável pela produção da série – e de algumas praças como

que demonstram que os feminicídios não são casos isolados, mas são o extremo de um ato rotineiro: a violência praticada por homens contra mulheres. Na primeira reportagem, exibida em 20 de agosto, após apresentar a história de uma vítima dessa prática, a repórter diz em off: “durante o primeiro ano da pandemia, mais de quatro milhões de mulheres passaram pelo mesmo no Brasil. Enquanto o mundo se fechava com medo do que vinha de fora, a cada oito minutos, uma vítima vivia um filme de terror dentro de casa”.

Dados estatísticos que voltam a ser acionados na reportagem seguinte, do dia 21, em mais de um momento. “Tão letal quanto uma guerra. (...) Só em 2020, uma em cada quatro mulheres sofreu violência física, psicológica ou sexual no Brasil. É como se toda a população da Holanda tivesse sido agredida só no último ano”, comparou, em passagem a repórter. Depois, num off, a mesma estratégia é acionada para evidenciar que os feminicídios não são casos isolados, ao contrário do que muitos imaginam:

No feminicídio, grande parte das respostas está mais perto do que se imagina. Em 2017, 90% das mulheres vítimas desse crime no Paraná foram mortas por conhecidos. Metade delas perdeu a vida pelas mãos dos próprios companheiros. Em 39% dos casos, o assassino era o ex. Metade das vítimas tinha se separado entre um e seis meses. E para outra grande parte, o tempo entre a separação e a morte não passou de dias.

Os números são utilizados para exemplificar a dimensão da violência de gênero e também explicar/defender a importância de discutir o tema. A cabeça do primeiro VT exibido, por exemplo, busca levar a reflexão e, através dela, engajar outras pessoas na luta pela transformação cultural para além do machismo e do patriarcado, que deve ser de toda a sociedade, não apenas de (parte das) mulheres e de um grupo de jornalistas:

A série de reportagens que nós começamos a exibir hoje aqui no Meio Dia Paraná parte da seguinte pergunta: como nós, sociedade, permitimos algo tão desumano como o fato de que mais de 1.300 mulheres brasileiras foram assassinadas só no ano passado, apenas por serem mulheres?

Outro aspecto relevante a ser destacado nessa cabeça é a utilização do termo feminicídio logo de início e também a explicação do que é esse crime e porque ele tem nome. Olhar norteado pela perspectiva de gênero e que foi possibilitado pela política pública que o nomeou e o definiu como um crime de ódio pelas mulheres:

O assunto agora é feminicídio. Mais do que o assassinato de uma mulher, o feminicídio é o ato de matar uma mulher por nada além do fato dela ser mulher. O código penal considera o feminicídio um crime que envolve violência doméstica ou familiar ou ainda o menosprezo ou a discriminação à condição de ser mulher.

A utilização do termo feminicídio pelos telejornais é fundamental na medida em que dissemina um conceito definido a partir do olhar feminista ou da defesa da equidade de gênero. E esse não é o único utilizado ao longo das reportagens. Na de número dois, por exemplo, são utilizadas, no off, expressões como a própria “desigualdade de gênero” e “machismo estrutural”. Trecho da cabeça também é um exemplo nesse sentido:

Falta de estrutura, de treinamento e também de um olhar específico para as **relações de gênero** são alguns dos problemas que nós ouvimos nas entrevistas que fizemos. Nós também vamos mostrar, na prática, como o **machismo** faz com que as mulheres passem de vítimas a serem **culpabilizadas** pela própria violência que sofrem. (*grifos nossos*)

A perspectiva da culpabilização das mulheres como estratégia para a manutenção de práticas e costumes machistas é retomada na última reportagem. Ao falar sobre o crime de feminicídio, os offs e passagens voltam a explicar o crime (“muitas mulheres foram veladas e, infelizmente, mortas pelo simples fato de serem mulheres”) e acrescentam que ele ainda acontece porque o comportamento dos homens está amparado em práticas socialmente aceitas como o sentimento de posse em relação às mulheres e como as imagens condizentes com os ideias do patriarcado: “elas são acusadas de loucas, ciumentas, chantagistas... E mais: acusadas de dar fim à própria vida, diante das circunstâncias” – como é o caso da advogada Tatiane Spitzner, vítima de feminicídio: “ela foi mais uma vítima desse estereótipo, dessa injustiça que, infelizmente, acompanha as mulheres, que não devem se calar”.

O encorajamento à denúncia por parte da mulher é outro ponto abordado. Por isso, logo na primeira reportagem o “ciclo da violência” é explicado como se seguisse uma “receita, o passo a passo tal como foi concebido pelas defensoras dos direitos da mulher é enunciado de forma didática e formativa.

A violência tá longe de ser uma ciência exata. Mas, contra a mulher, ela segue uma **receita de terror que se repete** e que tem como principal ingrediente a confiança. Em 72% dos casos de agressão, o criminoso é próximo da vítima e o sofrimento nasce no chamado **ciclo da violência**. **Na primeira fase do ciclo**, o ambiente fica tenso. O agressor se irrita, geralmente por coisas insignificantes. (...) **Na fase seguinte do ciclo**, a falta de controle do agressor explode no ato de violência e a mulher não consegue reagir. (...) Quando não consegue pedir por socorro, a vítima caminha para o **estágio mais calmo do ciclo**. Na **lua de mel**, a violência veste a roupa do carinho. (...) **As três etapas do ciclo pavimentam o caminho do feminicídio**. Na escalada da violência, o agressor isola, controla e ameaça a mulher que se sente insegura e se vê sem saída.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, é que a reportagens não se limitam aos casos de violência e feminicídio. Elas, como já visto, se apropriam do vocabulário próprio dos estudos de gênero e/ou feministas, explicam o ciclo da violência e, tão importante quanto, mostram a importância do não julgamento dessas mulheres, ressaltando que ninguém permanece no ciclo porquê quer (comentário comum e socialmente aceito) - “ouvir a voz de quem sofre sem julgar é o que pode fazer a vítima ter esperança para resistir ao caos, mesmo quando a violência devasta tudo ao redor”, recomenda a matéria de número três. É a acolhida, o início do momento crucial do processo de rompimento do ciclo e de superação da vida de violência. “É importante, na realidade, é fundamental, que todos saibam que existem canais de denúncias para qualquer tipo de violência de gênero e que esses canais podem ser acionados a qualquer momento”, explica a primeira reportagem da série.

Ao orientar como e onde buscar ajuda, a reportagem também contribui para a mudança de vida dessas mulheres e para a mudança do olhar social para a desigualdade entre os gêneros. É como se o telejornal e seus jornalistas se colocassem na mesma trincheira em que estão há anos as feministas: “Para os especialistas, repensar os papéis sociais de homens e mulheres é um dos caminhos para acender a luz no fim do túnel de tantas mortes”. Esse, a cabeça do primeiro VT (transcrita em parte acima) e o trecho a seguir são exemplo como o jornalismo com perspectiva de gênero não assume uma posição neutra.

A gente não pode efetivamente naturalizar isso, porque não adianta ser contra o feminicídio se a gente não é contra todo o tipo de violência que as mulheres sofrem todos os dias. Nós estamos velando mulheres que querem se separar, querem trabalhar, querem viver uma vida livre. Não adianta ser contra o feminicídio se a gente fecha os olhos para esse tipo de violência que pavimenta o caminho da tragédia.

O telejornalismo de ideias em defesa da equidade, assim, só tem, faz ou ganha sentido ao se posicionar contra essa forma de injustiça social tão antiga, difundida e justificada por anos e anos.

Outra forma de corrigir essa injustiça social é retificar uma outra forma de diferenciação ainda muito presente no (tele)jornalismo, que é o maior acionamento de fontes e personagens do sexo feminino. Em 2015, de acordo com os dados referentes à América Latina do Monitoramento Global dos Meios, o último com resultados divulgados pela WACC (Word Association for Christian Communication), as mulheres representavam apenas 29% dos entrevistados. No caso da própria RPC TV, essa desigualdade foi objeto de estudo de Ariane Pereira e Renata Caleffi. Em 2019, ano de publicação da pesquisa, apenas 12% dos entrevistados dos telejornais da emissora eram mulheres. Já na série “Sobre.Viver” todas as personagens e as fontes acionadas são mulheres – entre elas mulheres vítimas de violência, amigos ou familiares de vítimas de feminicídio, delegadas e promotoras.

Essa mesma perspectiva de gênero, porém, não é percebida nas reportagens rotineiras sobre feminicídio no estado. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, em média, seis mulheres são vítimas, por mês, de feminicídio no Paraná. Em julho, no telejornal Meio Dia Paraná, foram seis as menções a esse tipo de crime. Em termos quantitativos, é possível dizer que o assunto é contemplado de modo favorável. Porém, ao analisar o conteúdo das reportagens, nota-se que elas não se aprofundam na temática, limitando-se ao acontecimento ao fato. Não há o passo em direção ao campo das ideias, como defende Pereira a partir de Foucault. Ou seja, não há uma problematização do porquê dos crimes, o que são eles e, sobretudo, não há a orientação de como proceder, onde buscar ajuda para que outros feminicídios não aconteçam.

Há que se destacar o caso mais problemático entre as quatro notícias, a divulgação do “homem condenado por matar a sogra em Sarandi”. Nela, o crime é nomeado como feminicídio apenas na metade final da notícia, uma única vez e não há nenhuma explicação do que é o crime, nem do porquê a morte da sogra pelo genro se enquadraria num crime de ódio pelas mulheres, nem nenhum passo no sentido da

orientação de outras mulheres que se reconhecem como vítimas de violência a partir da notícia.

REFERÊNCIAS

CHAHER, Sandra. Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: _____; SANTORO; Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a um periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa, 2007, 95-110pp.

CLARO, Paula; PEREIRA, Ariane. Eloá e Tatiane: similitudes e distensões na cobertura jornalística da violência contra a mulher. In: **Anais 43. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2020.

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Ariane. Perspectiva de gênero em telas: acréscimos ético-informacionais à dramaturgia do telejornalismo. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane. **Teorias do telejornalismo como direito humano**. Florianópolis: Insular, 2021 (no prelo).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: _____. **Ditos e Escritos Volume IX** – Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2014, 118-140pp.

_____. As “reportagens” de ideias. In: _____. **Ditos e Escritos Volume VIII** – Segurança, penalidade, prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, 124-125pp.

_____. A filosofia analítica do poder. In: _____. **Ditos e Escritos Volume V** – Ética, Sexualidade, Política. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 37-55pp.

PEREIRA, Ariane. Telejornalismo de ideias em defesa da equidade: a perspectiva de gênero aliada ao diagnóstico do presente. In: EMERIM, Cárlica (Org.). **Metodologias de pesquisa em telejornalismo: o jornalismo para telas**. Florianópolis: Insular, 2021.

_____; CALEFFI, Renata. Do silenciamento à visibilidade: a importância das políticas públicas no processo de fazer do feminicídio notícia na TV. In: **Anais 43. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2020a.

_____; _____. (In)Visibilidade? A pauta feminicídio no programa telejornalístico *Fantástico*. In: **Anais 18. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. 2020b.

_____; _____. Variações de um mesmo timbre: o grave masculino como preponderante nos telejornais da RPC TV. In: **Anais 17. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. 2019.

_____. Por um telejornalismo mais plural e igual – Propostas de abordagem em uma perspectiva de gênero. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (Orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2018a, 239-262pp.

_____. Discurso e dispositivo: o emprego de conceitos foucaultianos como abordagem e método da pesquisa em Telejornalismo. In: **Anais 16. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo: SBPJor, 2018b.

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género – Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; _____ (Orgs.) **Las palabras tienen sexo**: introducción a um periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa, 2007, 137-152 pp.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, n.16, 1990, 5-22pp.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.